

BOLETIM 1465

Brasília (DF), 20 de agosto de 2026



Senado prioriza três pautas estratégicas

Fim da escala 6x1, segurança pública e política de minerais críticos avançam para análise nas comissões da Casa

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou o encaminhamento de três temas considerados prioritários na agenda legislativa: o fim da escala de trabalho 6x1, a PEC da Segurança Pública e a criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

As propostas serão direcionadas às comissões competentes, onde passarão por análise e debate antes das próximas etapas de tramitação. Segundo Alcolumbre, o encaminhamento seguirá os procedimentos regimentais do Senado.

Entre as matérias, o debate sobre o fim da escala 6x1 ganha especial atenção por seus impactos nas relações de trabalho e por integrar as discussões em curso no Congresso sobre jornada e condições laborais.

O DIAP acompanhará a tramitação das propostas e seus principais desdobramentos no Legislativo.

NOTA À IMPRENSA DO SENADOR DAVI ALCOLUMBRE

Na última quarta-feira (12), tive uma importante conversa institucional com o presidente Lula. Foi um diálogo maduro, franco e republicano, fundamental para compreender as prioridades do Governo e tratar da agenda legislativa de interesse do nosso país.

Na função de presidente do Congresso Nacional, tenho a responsabilidade de assegurar que as matérias submetidas ao Parlamento tenham o devido encaminhamento, com absoluto respeito às prerrogativas do Poder Legislativo e ao papel de cada senadora e senador.

Nesse sentido, determinei o encaminhamento às comissões competentes de três propostas prioritárias: a PEC 221/2019, que prevê o fim da escala 6x1, a PEC 18/2025, a PEC da Segurança Pública, e o PL 2780/2024, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. São matérias de alta complexidade que seguirão o rito ordinário e regimental no Senado, com a análise e o aprofundamento necessários.

O diálogo entre os Poderes é fundamental para o Brasil. Cabe ao Executivo apresentar suas prioridades e ao Congresso Nacional analisá-las com independência e a responsabilidade de construir os melhores caminhos para o país.

Com informações da Agência Senado de Notícias

Fonte: Diap

OIT alerta para impactos climáticos sobre emprego e trabalho

OIT alerta governos e empresas sobre riscos climáticos ao emprego e defende prevenção, proteção aos trabalhadores e planejamento produtivo

As mudanças climáticas ampliam riscos para trabalhadores e atividades produtivas, levando organismos internacionais a defender medidas preventivas diante de eventos extremos cada vez mais frequentes.

Nesse cenário, a Organização Internacional do Trabalho alerta governos, empresas e sindicatos sobre impactos provocados por alterações climáticas na segurança e saúde dos trabalhadores.

Além disso, secas, temperaturas elevadas, chuvas intensas e outros eventos extremos podem interromper cadeias produtivas, reduzir produtividade e ameaçar postos de trabalho em diferentes setores.

Na América Latina e Caribe, essas ameaças ganham importância porque a crise climática integra transformações estruturais que já modificam profundamente mercados de trabalho regionais atualmente.

Por isso, especialistas defendem políticas capazes de antecipar riscos, preparar empresas e proteger trabalhadores antes que eventos meteorológicos extremos provoquem acidentes, paralisações e perdas econômicas.

Em abril, especialistas de governos, empregadores e trabalhadores aprovaram na OIT orientações inéditas para prevenir riscos ocupacionais associados aos eventos extremos e padrões meteorológicos variáveis.

Entre as medidas, a organização recomenda fortalecer políticas nacionais de segurança ocupacional, prevenção empresarial, sistemas de informação, preparação para emergências e mecanismos eficientes de resposta.

Consequentemente, empresas precisam incorporar riscos climáticos ao planejamento operacional, considerando possíveis impactos sobre instalações, jornadas, abastecimento, transporte, produtividade e condições seguras para executar atividades profissionais.

Trabalhadores estão mais expostos - Ao mesmo tempo, trabalhadores aparecem entre os grupos mais expostos aos efeitos climáticos, especialmente quando continuam exercendo atividades mesmo diante de condições ambientais consideradas perigosas.

A OIT identifica calor excessivo, radiação ultravioleta, eventos meteorológicos extremos, poluição atmosférica, doenças transmitidas por vetores e agroquímicos entre importantes ameaças relacionadas ao trabalho.

Entretanto, políticas adequadas de adaptação climática também podem preservar empregos existentes e criar novas oportunidades profissionais relacionadas às economias sustentáveis e atividades produtivas ambientalmente responsáveis.

Nesse processo, a OIT defende transição justa, proteção social e diálogo entre governos, empregadores e trabalhadores para conciliar sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico e trabalho decente.

Assim, antecipar consequências das mudanças climáticas torna-se estratégia essencial para proteger vidas, reduzir perdas produtivas e preparar mercados de trabalho latino-americanos para transformações ambientais futuras.

Fonte: Rádio Peão Brasil



Cai diferença entre homens e mulheres no acesso ao emprego formal

Do total de 62,8 milhões de empregos formais ativos no Brasil, incluindo trabalhadores com carteira assinada e agentes públicos, as mulheres ainda não representam a maioria, mas a diferença em relação aos homens caiu nos últimos anos. É o que mostram dados da Rais Mensal de junho, divulgados pelo Ministério do Trabalho.

A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) reúne estatísticas sobre o mercado de trabalho a partir de informações coletadas de empresas e órgãos públicos. Ao todo, as mulheres ocupam 46,4% dos postos de trabalho, somando 29.182.235 de vínculos trabalhistas. Os homens estão registrados em 33.708.974 vagas, 53,6% dos postos de trabalho.

Essa distância era maior em janeiro de 2023, quando 55,7% das vagas eram ocupadas por pessoas do sexo masculino, contra 44,2% do sexo feminino.

O mercado de trabalho brasileiro acumulou saldo positivo de 10,1 milhões de vínculos de emprego formal, entre janeiro de 2023 e junho de 2026, segundo o balanço apresentado pelo MTE. Desse montante, 5,8 milhões das vagas formais

foram ocupadas por mulheres, enquanto 4,3 milhões foram ocupadas por homens.

A Rais Mensal também trouxe informações atualizadas sobre a diversidade racial no mercado de trabalho brasileiro.

Dos 62,8 milhões de vínculos formais, tanto no setor público quanto privado, 27,3 milhões são de pessoas autodeclaradas pardas, enquanto outras 26,8 milhões são pessoas autodeclaradas brancas. Os trabalhadores que se autodeclararam pretos correspondem a 4,6 milhões. Amarelos, 600 mil, e indígenas, 239 mil.

Outros 3,1 milhões de vínculos trabalhistas não tiveram a informação racial registrada, um número que era de mais de 17,2 milhões há pouco mais de três anos e meio.

"Nós temos hoje mais gente preta ou parda em relação à população branca, mas essa é uma informação não demandada, tanto que o não informado diminuiu de 17 milhões para 3 milhões, porque a gente fez uma campanha forte com as empresas para que elas voltassem a informar", explicou a subsecretária de Estatística do MTE, Paula Montagner, durante apresentação dos dados.

A escolaridade dos trabalhadores também evoluiu no mercado de trabalho nos últimos anos. Mais da metade dos trabalhadores (54%), o que representa 33,7 milhões de pessoas com vínculos formais, têm ensino médio, e 15,2 milhões ensino superior ou pós-graduação.

A expansão dos empregos também foi maior entre os trabalhadores mais experientes, sendo que 74% têm pelo menos 30 anos de idade. O rendimento médio dos trabalhadores em emprego formal no Brasil ficou em R\$ 4.389,49.

O setor de serviços segue como o maior gerador de empregos formais no país, respondendo atualmente por 38,2 milhões de vagas, seguido pelo comércio (10,5 milhões), indústria (9,1 milhões), **construção** (3 milhões) e agropecuária (1,8 milhões).

Governo anuncia criação de 2,1 milhões de empregos no Brasil

Governo apresenta novos dados do emprego formal, com avanço de 2,1 milhões de vínculos

O Governo Federal apresentou novos dados sobre o emprego formal brasileiro, destacando avanço de 2,1 milhões de vínculos trabalhistas registrados.

A apresentação ocorreu no Ministério do Trabalho e Emprego, com participação do presidente Lula, ministro Luiz Marinho, autoridades governamentais e representantes do movimento sindical brasileiro.

Durante a solenidade, o Governo Federal apresentou dados da RAIS Mensalizada, ferramenta que permite acompanhar mensalmente a evolução do estoque de vínculos formais existentes no mercado brasileiro.

Diferentemente do Novo Caged, a RAIS contempla servidores públicos e outras modalidades de vínculos formais, oferecendo informações mais abrangentes sobre o mercado de trabalho brasileiro atualmente.

Enquanto isso, o Novo Caged acompanha principalmente admissões e desligamentos de trabalhadores celetistas, permitindo analisar mensalmente a movimentação dos empregos formais com carteira assinada no país.

Assim, a RAIS Mensalizada amplia informações disponíveis sobre o mercado de trabalho e permite acompanhar, com maior precisão, a evolução dos vínculos formais existentes no Brasil.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Índice do BC aponta crescimento do PIB em 1,5%; serviços lideram alta

No trimestre encerrado em junho de 2026 ante o trimestre terminado em março de 2026, o IBC-Br apresentou alta de 0,2%

Considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) avançou nos últimos 12 meses 1,5%. No trimestre encerrado em junho de 2026 ante o trimestre terminado em março de 2026, o índice apresentou alta de 0,2%.

Segundo nota divulgada na segunda-feira (17) pelo BC, o IBC-Br recuou 0,6% em junho de 2026 em relação a maio de 2026.

No primeiro semestre, os serviços lideram a alta com 2,0%; seguido dos impostos com 1,2%; agropecuária com 1,1% e indústria com 0,8%.

Na série com ajuste sazonal, quando se retira os efeitos que se repetem em determinados períodos do ano, foram registradas variações de 1,0% na agropecuária, -1,4% na indústria e -0,5% em serviços. O IBC-Br excluindo a agropecuária recuou 0,9% no mês.

O índice é um indicador criado para acompanhar o desempenho da economia brasileira de forma mais rápida e frequente.

Ele funciona como um termômetro da atividade econômica, reunindo dados da indústria, comércio, serviços e agropecuária. É divulgado mensalmente, permitindo uma leitura mais ágil da evolução econômica do país.

Fonte: Portal Vermelho



Alteração para escala 6x1 valida rescisão indireta de mãe solo, afirma juiz

A 3ª Vara do Trabalho da Zona Sul de São Paulo reconheceu a rescisão indireta de uma profissional de asseio que teve sua escala alterada de 5x2 para 6x1, depois de quase quatro anos de prestação de serviço.

Tomada sob a perspectiva de gênero, a sentença considerou que a mudança prejudicou a trabalhadora, que é mãe solo de duas crianças e violou o artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A mulher afirmou que sempre atuou na escala 5x2, mas que a alteração para o regime 6x1 prejudicaria sua organização familiar. A empregadora, por sua vez, sustentou que a trabalhadora abandonou o emprego.

O juiz Victor Pedroti Moraes ressaltou que a dispensa por justa causa exige comprovação e afastou a hipótese de abandono.

O magistrado considerou uma mensagem juntada aos autos pela profissional comunicando a rescisão do contrato pela via indireta. Também pontuou ser incontroverso que a reclamante sempre laborou na escala 5x2, “sabidamente mais benéfica ao trabalhador que a escala 6x1”.

Ao citar o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça, o juiz afirmou que, na sociedade atual, “a responsabilidade pelo planejamento, organização e tomada de decisões referentes aos filhos é quase que integralmente atribuída às mulheres”.

Nesse contexto, ele considerou que a alteração de regime prejudicou a trabalhadora, responsável pelo cuidado dos filhos menores. A sentença citou ainda o artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com prioridade, os direitos de crianças e adolescentes.

Fonte: Consultor Jurídico

Projeto reduz de dois anos para 12 meses intervalo para usar FGTS na quitação de financiamento imobiliário

O Projeto de Lei 2568/26 reduz de dois anos para 12 meses o intervalo mínimo para o trabalhador usar o saldo do FGTS na amortização ou na quitação de financiamento imobiliário. A proposta também permite que o recurso seja utilizado em financiamentos feitos fora do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Atualmente, a lei exige que o crédito tenha sido concedido pelo SFH e impõe um prazo de 24 meses entre as movimentações. O texto altera a Lei do FGTS.

Pela proposta, a possibilidade de usar o saldo para reduzir a dívida da casa própria passa a valer para qualquer modalidade de financiamento ou de banco, desde que respeitado o novo intervalo de um ano. Segundo o projeto, esse intervalo é contado a partir da data da operação anterior.

O autor da proposta, deputado Gilson Marques (Novo-SC), defende que o fundo integra o patrimônio individual do trabalhador e que as restrições ao seu uso devem ser mínimas.

OAB e MPT firmam acordo contra assédio eleitoral no trabalho

Cooperação envolve ações conjuntas durante as eleições de 2026 e no período subsequente.

A OAB Nacional e o Ministério Público do Trabalho (MPT) firmaram, nesta segunda-feira (17), um Acordo de Cooperação Técnica para prevenir e combater o assédio eleitoral nas relações de trabalho.

Assinado pelo presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, e pelo procurador-geral do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira, o acordo prevê ações conjuntas durante as eleições de 2026 e no período subsequente.

A parceria busca tornar mais ágil o encaminhamento e a apuração de denúncias, além de ampliar as ações de informação e capacitação sobre o tema. Entre as medidas previstas estão a divulgação de campanhas, o compartilhamento de materiais e boas práticas e a realização de treinamentos para a advocacia e para os integrantes do MPT.

Durante as tratativas que antecederam a assinatura, a secretária-geral da OAB Nacional, Rose Moraes, destacou a necessidade de mobilização conjunta.

"Nós queremos a mesma coisa. Nessa hora, todo mundo tem que agir junto. Vamos aderir à campanha do Ministério Público do Trabalho, mobilizar nossas seccionais e desenvolver ferramentas que facilitem o encaminhamento das denúncias, garantindo uma resposta mais rápida e eficiente para a sociedade."

Para o procurador-geral do Trabalho, a atuação coordenada das instituições é fundamental para proteger a liberdade de escolha dos trabalhadores. "O enfrentamento ao assédio eleitoral exige uma atuação firme e articulada das instituições. A cooperação entre o Ministério Público do Trabalho, a OAB e os demais parceiros reforça o compromisso comum com a liberdade de escolha de trabalhadoras e trabalhadores e com a proteção do voto livre e secreto", afirmou Gláucio Araújo de Oliveira.

Denúncias - Um dos principais pontos do acordo é a integração do fluxo de denúncias. Notícias de fato relacionadas ao assédio eleitoral nas relações de trabalho que cheguem à OAB serão encaminhadas ao MPT, responsável pelo processamento e pela apuração dos casos. O Ministério Público do Trabalho, por sua vez, comunicará ao Conselho Federal da OAB as providências adotadas.

O acordo também prevê a divulgação, nos sites e nas redes sociais das duas instituições, de campanhas informativas e dos canais disponíveis para denúncias.

Fonte: Congresso em Foco

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO